

O sertão de Minas apeia na Capital Federal: os contos de Afonso Arinos na *Revista Brasileira* (1895-1897)

Ricardo Souza de CARVALHO¹

RESUMO: Esse trabalho pretende refletir sobre as implicações da publicação do conto–“Pedro Barqueiro”, de Afonso Arinos na *Revista Brasileira*, no seu número de estréia de 1895, antes de ser reunido ao livro *Pelo sertão* (1898). A *Revista Brasileira*, um dos periódicos literários mais importantes desse momento, funcionou como uma verdadeira “vitrine” tanto da literatura oficial, quanto da validação de novos autores. Arinos, a partir dessa divulgação, seria consagrado com narrativas que contribuiriam para a retomada crítica do regionalismo na literatura brasileira do século XX. Analisaremos o conto dimensionando a possível significação dele para seu público inicial. Recuperar essa primeira veiculação pode oferecer subsídios para a compreensão das redes de promoção e de circulação das letras no centro cultural do país no século XIX, o Rio de Janeiro, principalmente ao que se refere a autores das províncias que tratam de matéria regional.

PALAVRAS-CHAVE: Afonso Arinos; *Revista Brasileira*; “Pedro Barqueiro”; nacionalismo; regionalismo

O historiador da literatura diante do texto impresso em livro, na maioria das vezes, desconsidera em sua apreciação que esse mesmo texto talvez tenha tido sua primeira divulgação em jornais ou em revistas, meios privilegiados da produção literária principalmente em momentos de difícil edição e circulação de livros. Além das possíveis modificações realizadas pelo autor na passagem de um suporte ao outro, acreditamos que recuperar a publicação inicial de um texto literário em um jornal ou em uma revista amplia o estudo da sua recepção. Aspectos como o espaço ocupado, os demais textos e as diretrizes do periódico podem colaborar até mesmo a construir novas significações em confronto com aquelas estabelecidas a partir da publicação em livro.

Por um longo período, o Rio de Janeiro, em sua condição de sede da Corte do Império e depois Capital Federal, abrigava a mais expressiva imprensa do país, não só em quantidade, mas sobretudo em função da revelação e consagração de um escritor:

¹ Doutor em Literatura Brasileira – USP. E-mail: risocarvalho@hotmail.com

ser lançado ou publicado em um periódico de prestígio dessa cidade implicava na inserção em um seleto círculo de escritores, uma espécie de chancela que o alçaria à condição de escritor referendado pelos parâmetros da época. Para muitos autores, provenientes das diversas Províncias e depois Estados da Federação, a publicação de sua obra nos jornais e revistas cariocas representaria sair da penumbra em que se encontravam em sua terra natal e ganhar o reconhecimento de toda a nação. Nesse processo, muitos aderiram incondicionalmente ao que vinha se fazendo entre os escritores já situados; porém, outros ousaram frente a esse cânone, buscando a matéria e o estilo de seus lugares de origem, cujo resultado não deixava de revelar as fraturas de um período de transições como o final do século XIX e o início do XX.

O mineiro Afonso Arinos (1869-1916) trilhou caminho semelhante ao de muitos dos seus contemporâneos até a publicação da coletânea *Pelo sertão*, em 1898, pela conceituada editora Laemmert do Rio de Janeiro. Pelo que foi possível averiguar, dos seus 12 textos, quase todos foram dados inicialmente na imprensa: “Manoel Lucio”, “Paisagem Alpestre”, “Desamparados”, “A Velhinha” e “A Fuga (Fragmento de um conto histórico)” em *O Estado de Minas*, de Ouro Preto; “A Estereira”, na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro; e “Assombramento”, “A Cadeirinha”, “Joaquim Mironga” e “Pedro Barqueiro” na *Revista Brasileira*.

Já nessa destinação dos textos para periódicos diferentes, antes da reunião em livro, podemos apontar intenções diversas: para o jornal da capital do Estado de Minas Gerais, onde Arinos exerceu a advocacia entre 1891 e 1896, ofereceu os textos históricos e descritivos de lugares e pessoas; já para o mais importante periódico da Capital Federal, ele reservou os contos propriamente ditos, os fortes “tipos do sertão” como ele mesmo denominou.

A *Revista Brasileira* integra uma tradição de revistas literárias ao longo do século XIX que procuraram reunir o melhor da produção intelectual do país: *Revista Filomática* (1813-1814), *Niterói*, *Revista Brasiliense* (1836), *Minerva Brasiliense* (1843-1845), *Guanabara* (1849-1836), da qual a primeira *Revista Brasileira* (1857-1861) se dizia seguidora. Mas é com a segunda *Revista Brasileira* (1879-1881) que se define um padrão de excelência, representando a maturidade de uma geração de escritores formados na crise do Romantismo, em busca de novos caminhos. Como exemplos máximos, durante essa fase da *Revista Brasileira* foram divulgados *Memórias póstumas de Brás Cubas*, de Machado de Assis, e parte da *História da Literatura Brasileira*, de Silvio Romero, os quais na ficção e na crítica tornaram-se revolucionários e fundadores de uma nova tradição.

Catorze anos mais tarde, a terceira *Revista Brasileira* (1895-1899), dirigida por José Veríssimo, reconhecia a antecessora como modelo a ser seguido. No texto de abertura, destaca-se também a importância do periódico e o papel de aglutinação nacional:

(...) Mais facilmente que o jornal ou o livro, pode a revista recolher de todo o país e por todo ele disseminar as manifestações da sua vida espiritual, sendo ao mesmo tempo um centro de convergência e de irradiação de todas elas. E assim, sem sair da sua esfera, viria, em a nossa federação nascente, exercer uma função social cujo alcance não precisa ser encarecido, qual a de criar e estreitar entre os estudiosos e escritores de todo o país relações de confraternidade espiritual e de levar por todo ele as vozes daqueles que nas letras, nas ciências, nas artes são os órgãos do sentir e do pensar nacionais.
(*Revista Brasileira*, 1895)

E logo a seguir a esse editorial do primeiro fascículo de 1º de janeiro de 1895 nada melhor para comprovar essa abertura ao país do que um texto de autor não só pertencente a outro Estado da Federação, mas cujo assunto também era distante para os leitores da Capital: trata-se do conto “Pedro Barqueiro (Tipo do Sertão)”, de Afonso Arinos. O que seria o último conto de *Pelo Sertão*, aqui foi escolhido como texto de abertura da retomada da revista literária por excelência no Brasil. É o mesmo texto, sem alterações, que pode continuar a ser lido sem os seus suportes originais de edição. Contudo, assim como o conjunto dos textos que antecedem “Pedro Barqueiro” em *Pelo Sertão* indica determinada perspectiva de leitura, também a sua posição na *Revista Brasileira* impõe abordagens mais específicas.

Antes de promover uma leitura do conto “Pedro Barqueiro” no interior da *Revista Brasileira*, convém traçar o contato de Arinos com o meio literário do Rio de Janeiro. Pelo que se tem notícia, durante sua estada em Ouro Preto, ele abriu seu salão para escritores que vinham exilados do Rio de Janeiro, motivados por conflitos com o governo de Floriano Peixoto. Entre outros, destacam-se Olavo Bilac – sobre quem Arinos exerceu profunda influência ao lhe despertar o interesse pelo nacionalismo (Carvalho, 2008) – e Coelho Neto. Provavelmente foram os novos amigos que o incentivaram a participar de concurso literário do jornal *Gazeta de Notícias*, no qual obteve o segundo lugar com o conto “A Esteireira”. Diante da crítica de Joaquim Alves, de que o texto “é inverossímil na cena do assassinato da rival e demasiado violento”, Arinos, em 1894, veio à cena com o artigo em duas partes “Nacionalização da arte (parecer de um curioso)”, espécie de profissão de fé do que pretendia com sua obra e do que desejava para a literatura brasileira. Ironicamente inicia o texto com a imagem do sertanejo que adentra o ambiente civilizado à européia da Capital, sugerindo a própria

situação da obra regionalista de Arinos que invade o cenário de uma literatura oficial que deseja se parecer francesa:

Nem sempre é dado a um mineiro cá do centro penetrar no salão moderno de um fino carioca, pois corre o risco de espalhar um pouco da poeira dos coturnos sobre os gobelins e deitar por terra, nume (sic) gesto estouvado, algum bronze Barbedienne ou uma trabalhada miniatura japonesa em marfim, dessas que surpreendem pela espantosa correção no mais deslembado pormenor. (...)

Esforçar-me-ei por corrigir-me de qualquer dessas liberdades da raça. Farei mesmo o sacrifício de não fumar no salão, para não atirar, por descuido, algum fósforo sobre o *parquet* envernizado e não impregnar as cortinas de seda lavrada do cheiro acre do fumo de Patos. (Arinos, 1968, p. 874)

Arinos parte do princípio de que o crítico “desconhece o sertão, seus homens, seus costumes” . Sem dar nome as bois, lembra-se de um “distinto literato”, que pode muito bem ser Olavo Bilac: “(...) mostrando-lhe impressões bebidas nas viagens pelo interior destes Brasis, o talentoso rapaz deixou perceber no bugalho do olho, à leitura, alguma coisa de surpresa. Era a verdade *violenta* da narrativa. ‘Teus contos’, disse-me ele então, ‘se algum dia os publicares, vão produzir uma impressão brutal naquele meio habituado à francesa’”. E antecipando o brado que Euclides da Cunha lançaria em 1902 com *Os sertões* assinala o isolamento e a ignorância de toda uma população: “Brasil, Governo, política, República – isso é linguagem de papagaio que chamamos grego por não o compreendermos.” (Arinos, 1968, p. 875).

O reconhecimento de Arinos não se fez por esperar: nada menos do que José Veríssimo, um dos críticos mais influentes do período, em carta de 31 de outubro de 1894, dirigiu-se ao jovem autor da província como “ilustre confrade”. Já ciente do seu

valor como narrador e de seu interesse pela História, Veríssimo enviou-lhe uma “tradição interessante” de Minas Gerais, recolhida por Domingos Soares Ferreira Pena: “Tratada por um homem do seu talento e inspiração creio que aquela tradição dará uma jóia d’arte: entrego-a ao cinzelador, ansioso por admirá-la”. Em um PS, pede-lhe licença para que “lhe recomende a nossa *Revista Brasileira*” (Arquivo Afonso Arinos, 1959, p. 160). Provavelmente é o primeiro sinal do diretor do periódico para solicitar um texto de impacto para a abertura do primeiro número que sairia a 1º de janeiro do ano seguinte.

“Pedro Barqueiro”, dessa maneira, funciona tanto como a consagração de Afonso Arinos no meio literário da Capital Federal, quanto a abertura de uma nova fase da *Revista Brasileira*, compromissada em retratar a diversidade do país. Arinos dedica o conto ao amigo Coelho Neto, mas que no espaço da *Revista Brasileira* se revela como um autor já estabelecido, o qual inclusive nos fascículos 4º e 6º desse mesmo periódico estamparia a novela regionalista “A Tapera”. Assim como Bilac, Coelho Neto também se deixou sensibilizar pelo interior do Brasil quando do contato com Arinos, chegando a publicar o livro de contos sugestivamente intitulado *Sertão* (1896). Palavra-chave retomada por obras posteriores que abordariam a vasta região distante da civilização do litoral, foi acatando variações como a preposição no título de Arinos, *Pelo Sertão*. Enquanto Coelho Neto fixou-se no exotismo desse espaço, Arinos tirou proveito das suas viagens e da observação atenta do homem e do lugar. Porém o que importa salientar é que Arinos se lançava definitivamente nas letras oficiais sob a guarida de um escritor referendado e experiente.

“Eu lhe conto” são as primeiras palavras que se dirigem ao leitor, anunciando o sabor de *causo*, de narrativa oral que vai se seguir. Na verdade é o vaqueiro Flor que se dirige a um “patrãozinho”, cuja voz apenas identifica sumariamente as circunstâncias

exteriores ao relato: ambos estão montados “quase a chegar à Cruz da Pedra”. Sugere-se nesse início uma situação comum vivida por Arinos quando de suas viagens ao sertão, acompanhado por vaqueiros e moradores locais, provavelmente chamado de “patrãozinho” mais por simpática deferência àquele que vem da cidade, do que por uma posição de mando.

Portanto, vem do foco narrativo a primeira “novidade” do texto de Arinos: quem nos conta a história não é mais um narrador em 3ª pessoa que em alguns momentos defere a fala ao inculto sertanejo, devidamente separada por aspas do discurso desse mesmo narrador culto; é o próprio sertanejo que toma as rédeas do que conta, embora todo o conto “Pedro Barqueiro” venha sinalizado entre aspas, conferidas pelo “patrãozinho”. Assim, o processo não chega a ser totalmente subvertido, mas se mostra uma experiência mais ousada em relação ao que vinha se fazendo, primeiro passo em rumo ao que Guimarães Rosa faria em *Grande Sertão: veredas*, no qual o ex-jagunço Riobaldo conta sua vida para um “doutor” que vem de fora.

Dessa maneira, a fala-conto de Flor é uma tentativa de recriação da fala do homem do sertão. Se por um lado existe a preocupação em não infringir as regras do português mais castiço, num momento em que isso era quase uma obsessão – lembremos que, nesse mesmo número em que aparece “Pedro Barqueiro”, temos os “Estudos de lingüística I – Os verbos sem sujeito”, de Said Ali – por outro, Arinos revela frestas por onde possam passar as vozes por ele ouvidas nas veredas do grande sertão. Assim é que ele insere uma canção popular, com seus “erros” devidamente diferenciados em itálico:

Na mata de Josué

Ouvi o mutum *gemê*

Ele geme assim:

Ai-rê-uê, hum! airê! (Arinos, 1968, p. 116)

Aqui e ali pontuam estranhos vocábulos desconhecidos pelo leitor da cidade, que tanto na *Revista Brasileira*, quanto na edição de *Pelo sertão*, não contam com nenhuma espécie de glossário. Ainda que o contexto possa indicar um possível significado, intrigam: “Olhem a faca aí na sala, se vocês não têm caxerenguengue” (Arinos, 1968, p. 118). Buscando no valioso trabalho de Nilce Sant’Anna Martins, *O léxico de Guimarães Rosa*, vemos que o autor de *Sagarana* também se valeu do mesmo vocábulo: “Foi o tempo de meu compadre Silvério destorcer da caxerenguengue e pular fora do jirau (...)”, cujo significado é de “Faca velha e imprestável; cheia de dentes, rombuda”; “Significante expressivo pelos fonemas repetidos; depreciação do referente” (Martins, 2001, p.109). Várias outras palavras empregadas por Arinos podem ser encontradas nesse dicionário de Martins, que não incluiu o autor de *Os jagunços* entre as “Obras citadas em abonações complementares”. Para além do léxico, frente à sensibilidade do leitor cultivado por Guimarães Rosa, aparecem certas frases feitas do sertanejo, com suas rupturas morfológicas e sintáticas, que acabam adquirindo poeticidade: “Vivia seu quieto, em seu canto.” (Arinos, 1968, p. 115); “Um homem é para outro.” (Arinos, 1968, p. 116). Mas para os leitores da *Revista Brasileira* poderiam causar estranheza.

Contudo, as ousadias de Arinos na sala de visitas dos letrados da Capital Federal não paravam por aí. Apenas sete anos após a Abolição da escravatura, em que os negros marginalizados não condiziam com a imagem da República progressista, o Pedro Barqueiro do título aparece como um “crioulo retinto”. Não custa lembrar que a figura do negro, a não ser a poesia abolicionista de Castro Alves e exemplos isolados, havia sido soterrada na literatura brasileira do século XIX. E, além de tudo, considerando as

idéias evolucionistas compartilhadas pela intelectualidade brasileira que decretavam o negro como “raça inferior”, destaca-se ainda mais o protagonista do conto de Arinos, pois abria espaço para a representação de culturas e de etnias até então ignoradas nas letras nacionais.

O conto, como muitas das narrativas de Arinos, recua no tempo, pois havia o boato de que Pedro Barqueiro era “negro fugido, escravo de um homem lá das bandas do Carinhanha” (Arinos, 1968, p. 115). Os casos de negros fugidos atraíam a imaginação de Arinos, como deixou entrevisto em suas “Notas de viagem”: “A história do Teles da Serra, ex-escravo. Vem fugido da Bahia e fundou aqui aquela fazenda. Casou-se bem e quando já era fazendeiro rico, foi procurado por seu Senhor a quem pagou a liberdade. O senhor foi generoso, mas a mulher do ex-escravo, ao saber do segredo do marido, morreu de paixão.” (Arquivo de Afonso Arinos, 1959, p. 157).

Além da ruptura na ordem sócio-econômica vigente no Império, a valentia e ativez de Pedro Barqueiro afrontavam o padrão de Flor, que “não gostava de ver negro, nem mulato de proa. Queria que lhe tirassem o chapéu e tomassem benção” (Arinos, 1968, p. 115). Daí a ordem para que Flor e Pascoal, seus vaqueiros, dessem conta de Pedro Barqueiro. Flor, por sua vez, ao lembrar-se de Pedro Barqueiro, descreve-o com um misto de medo e de admiração, resultando em um “tipo de sertão” contrário às imagens de sofrimento e redenção típicas das representações do escravo: “Esse negro metia medo de se ver, mas era bonito” (Arinos, 1968, p. 114).

Jovens e mais fracos, Flor e Pascoal conseguem agarrar Pedro Barqueiro pela astúcia. No ápice da captura, Flor “triunfante gritava”: “Conheceu, crioulo? Negro é homem?” (Arinos, 1968, p. 118), marcando provisoriamente a distância que separa o escravo fugido dos pobres homens livres. Mais tarde, quando tudo parecia ter voltado ao seu devido lugar, Pedro Barqueiro escapa e vai acertar as contas com Flor, ameaçando

jogá-lo de uma ponte. Porém desiste, concluindo que o vaqueiro era o único homem que tinha encontrado naquela vida. Espantando, Flor reabilita a figura de Pedro Barqueiro, cuja grandeza necessita a aproximação com o branco:

Aquele pedaço de crioulo cresceu-me diante dos olhos, e vi – não sei se era o dia que vinha raiando – mas eu vi uma luz estúrdia na cabeça de Pedro.

Desempenado, robusto, grande, de braço estendido, me pareceu, mal comparando, o arcanjo São Miguel sujigando o Maligno. Até claro ele ficou nessa hora!
(Arinos, 1968, p.120)

Apesar desse quadro, o conto termina com a generosidade de Pedro Barqueiro, que contraria a situação do foragido intratável e sanguinário. E quanto a impressão que o conto de Arinos provocou nos leitores da *Revista Brasileira*, basta reproduzir a de Olavo Bilac em carta ao amigo de 28 de janeiro de 1895: “Já li ‘Pedro Barqueiro’ três vezes. Pelas tripas de Apolo! É uma das cousas mais fortes e mais belas que se tem feito nesta terra!” (Arquivo de Afonso Arinos, 1959, p. 165).

Referências bibliográficas

- ARINOS, Afonso. *Obra completa*. Edição de Afrânio Coutinho. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1968.
- Arquivo de Afonso Arinos. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 16, p. 145-147, dez. 1959.
- CARVALHO, Ricardo Souza de. Através do Brasil com Afonso Arinos. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. IEB/ USP, Editora 34, São Paulo, n. 46, , p. 201-216, fev. 2008.
- MARTINS, Nilce Sant’Anna. *O léxico de Guimarães Rosa*. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2001.
- Revista Brasileira*. Rio de Janeiro, 1º fascículo, 1º de janeiro de 1895.